



Governo da nossa gente.

**Mensagem do Prefeito
à Câmara Municipal de Belém**



**Prefeitura
de Belém**

Governo da nossa gente



Índice

Mensagem do Prefeito – Governo da Nossa Gente	<i>Pág. 03</i>
Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente	
<i>1-</i> Belém precisa de cuidado: políticas urbanas e ambientais – diretrizes	<i>Pág. 23</i>
<i>2-</i> Belém precisa de cuidado: políticas sociais e direitos – diretrizes	<i>Pág. 39</i>
<i>3-</i> Belém precisa de cuidado: economia – diretrizes	<i>Pág. 61</i>
<i>4-</i> Belém precisa de cuidado: cidadania cultural e comunicação – diretrizes	<i>Pág. 71</i>
<i>5-</i> Belém precisa de cuidado: diversidade – diretrizes	<i>Pág. 82</i>
Lista de autoridades	<i>Pág. 85</i>

Mensagem do Prefeito

Governo da Nossa Gente: diretrizes programáticas para uma cidade cidadã.

Excelentíssimo **Senhor Zeca Pirão**, Presidente da Câmara Municipal de Belém, Senhoras e Senhores Vereadores e público presente;

É com enorme satisfação que retorno a esta Casa Legislativa como representante eleito do Município de Belém para ratificar nosso compromisso frente à Gestão Municipal e apresentar a Vossas Excelências o Plano de Governo para um Governo da Nossa Gente.

Belém é a nossa casa. Erguida no decorrer de séculos, é a síntese de momentos históricos, de encontros entre diversos povos, de momentos de paz e conflitos. Da ocupação colonial violenta à construção de uma cultura diversa, em forma de ritmos, sabores e cores, Belém é nosso lugar no mundo – memória, identidade e amor verdadeiro.

Esse lugar que recontamos, reproduzimos de tantas maneiras, palco de movimentos populares como a Cabanagem, precisa de grandes mudanças que o reconduza ao patamar de Metrópole da Amazônia. Nossa gente merece viver melhor. Queremos oportunidades para nossos jovens, mulheres, vida longa e saudável para nossos idosos, segurança para nossas famílias e um futuro para nossas crianças, além de respeito e reconhecimento à toda diversidade humana.

As administrações municipais de Belém nos últimos anos governaram de costas para a maioria do povo, abandonando os principais programas sociais, realizando minguados investimentos em infraestrutura e desorganizando os canais de participação popular nas decisões do governo.

Belém é hoje uma cidade, cujos problemas sociais se acumulam, levando a população à sensação de perda de rumo e de profundo não pertencimento. Porém, para nós a esperança de construir um novo amanhã possível é fundamental.

Acreditamos que Belém tem um futuro brilhante e generoso, se o povo assim decidir. Como muitos têm dito, nossa cidade tem jeito, mas precisa mudar os rumos de sua gestão.

Um governo que tenha foco no bem-estar das pessoas, no carinho, no cuidado com o trato da coisa pública, na democratização das formas de governar e na eficácia no uso dos recursos públicos.

Sabemos que os últimos governos mostraram como não se deve governar: o desleixo com a educação, segurança, ausência de oportunidades de trabalho, saúde e saneamento e pouco diálogo com os distintos setores da sociedade - de trabalhadores a empresários. O resultado é a baixa capacidade de atrair investimentos, fuga de turistas, aumento da violência e deterioração da infraestrutura

urbana, o desamparo das pessoas e o desalento quanto ao futuro.

Chama atenção a forma retrógrada e institucionalmente desorganizada com que Belém foi governada. Não se registram tecnologias de informação inovadoras, meios digitais para acesso aos serviços e às informações municipais de forma descentralizada. O serviço e o servidor devem ser valorizados nas condições de trabalho, bem como na formação e a justa equiparação salarial, com dignidade e respeito.

Senhoras e Senhores Vereadores,

O caminho que a nossa ampla Gestão Governamental escolhe é muito distinto do proposto pelos gestores anteriores. Iremos governar ouvindo a sociedade, cuidando de quem mais precisa e com os mais inovadores instrumentos para a construção de uma cidade amazônica, democrática e feliz, orgulhosa de sua memória e identidade que possui e ansiosa pelo futuro.

Para isso, apresentamos esta Mensagem originária do Plano de Governo pelo qual fui eleito, construída por muitas mãos, mobilizando diretamente a população, técnicos das áreas temáticas, professores de todos os níveis de ensino e pesquisadores de diferentes grupos sociais, militantes

partidários, entidades associativas de classe, movimentos sociais, empreendedores e muitos que se dispuseram a contribuir com nosso projeto para mudar Belém.

As diretrizes ora apresentadas estão subscritas em seis eixos estratégicos: **1) Gestão Democrática e Participativa; 2) Políticas Urbanas e Ambientais; 3) Economia Inovadora para a Vida e Cidadania; 4) Políticas Sociais e Segurança Cidadã; 5) Cidadania Cultural e Comunicação; 6) Belém Cidade Diversa e Inclusiva.**

Ao adotarmos os eixos como estratégia de articulação intersetorial e de complementariedade entre as políticas, apontamos para a concepção e execução de políticas públicas, que não se concebem ações isoladas, que desconsiderem o fato de que estas se estruturam pelas diferentes dimensões da vida, perpassando os diversos âmbitos das políticas sociais, econômicas, de segurança cidadã, da infraestrutura e da diversidade social.

Nesta Mensagem apresentamos elementos diagnósticos do Município, de aspectos que nos fazem acreditar que Belém precisa de um Governo que a ame, que a conheça e seja presente, e tenha uma vida dedicada à defesa dos direitos da população com ideias novas para a mudança desejada.

Um governo pode reconhecer e estimular as formas de organização existentes e criar formas novas de participação junto com quem o elegeu; discutir e decidir sobre o que deve ser feito para a garantia de direitos, incluindo o direito à participação como uma dinâmica de planejamento; elaborar planos, projetos e ações em todo o território municipal e todos os temas que estruturam a vida, como saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente, patrimônio, mobilidade, trabalho e renda e diversidade como controle por todos os segmentos sociais envolvidos. Tudo isso é possível respeitando a Constituição Federal e inovando a partir de cada lugar, mesmo que a participação tendo perdido força nos últimos anos e Belém padeça de um governo ausente do debate público com os cidadãos.

E tudo isso se fará com Planejamento Territorial, que por definição, envolve todo o território municipal, todas as pessoas, todos os bairros e todas as políticas a partir de cada lugar, na perspectiva de um Plano para a Cidade.

Senhoras e Senhores Vereadores,

Iremos inovar com os Planos de Bairros, que se constituirão em instrumentos dessa construção, ao lado do Sistema de Informações Municipais e mecanismos de participação direta, a exemplo de orçamentos participativos.

Isto é, congressos em que todos os cidadãos de Belém sejam consultados e deliberem sobre a cidade desejada, com a acessibilidade que será implantada em logradouros públicos, numa verdadeira democracia inclusiva.

Portanto, a descentralização administrativa se torna imperiosa, o que nos leva a assegurar a criação de Subprefeituras em todos os Distritos de Belém, que contarão com serviços próprios e capacidade de planejamento com participação e controle social em fóruns apropriados. Participação Popular é mais do que estratégia e método, é condição primeira de realização de obras e de serviços públicos.

Neste contexto, os levantamentos referentes à saúde orçamentária e fiscal do Município demonstram um **déficit orçamentário de R\$ 51.661.560,56**. Mas o rombo pode ser maior à medida que os órgãos municipais forem concluindo as análises dos contratos deixados pela administração anterior, já que os dados não foram repassados durante a fase de transição. O saldo financeiro em 31 de dezembro de 2020 na soma de todas as contas municipais era de **R\$ 154.686.321,52**. Mas o governo passado deixou gastos empenhados e não pagos de anos anteriores até 2019 e do ano de 2020 no montante de **R\$78.611.468,66**. E também deixou despesas de exercícios anteriores no valor de **R\$130.273.029,22**, referente a obras e serviços

executados por terceiros, que não foram empenhadas e, portanto, não pagas.

Desse montante de **R\$ 130 milhões, R\$ 92.512.139,10** são despesas de exercícios anteriores a 2020, dos quais cerca de **R\$ 31 milhões** correspondem a obras realizadas e não empenhadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN). São serviços que foram prestados por empresas e reconhecidos pela prefeitura, porém, não houve trâmite administrativo para o pagamento desses contratos, por isso não houve o empenho e muito menos a liquidação das dívidas. E como essa despesa não foi empenhada no período anterior, ela vai impactar o orçamento de 2021.

Somente nas contas do tesouro municipal o **déficit é de R\$ 12.022.747,45**, considerando os empenhos não pagos e despesas de 2020 e anos anteriores. A Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) apresenta um déficit de **R\$ 33.466,03** e a secretaria municipal de Saúde (Sesma) o total de **R\$ 547.230,37**.

Até os órgãos municipais que possuem arrecadação própria apresentaram déficit financeiro, como a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB), a Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores de Belém (IASB). A soma das dívidas desses e outros órgãos, incluindo restos a pagar e despesas de 2020 e anos anteriores, é de **R\$39.058.116,71**.

Senhoras e Senhores Vereadores,

Sabemos ser um momento de dificuldades para novos investimentos em nossa cidade, carente de soluções estruturantes e integradoras em todas as áreas e especificidades de políticas públicas. Devemos ser capazes de soluções inovadoras e competitivas para termos a capacidade de buscar novos investimentos que reflitam em resultados efetivos e que coloquem o Município de Belém entre as cidades brasileiras que melhor cuidam do bem-estar de nossa população e que garantam condições de vida socialmente justas e equânimes.

Para tanto é fundamental que avancemos em uma reestruturação administrativa que analise as estruturas do Governo, descentralize e desburocratize os processos de acesso aos bens e serviços públicos, aliada a uma recomposição funcional que amplie o quadro de servidores

efetivos, no controle de gastos excessivos com pessoal. Estas estratégias, tomadas em conjunto, viabilizariam maiores recursos para serem usados em investimentos, dinamizando o setor produtivo e gerando maiores oportunidades de trabalho e renda.

Contudo, não nos deixamos abater por este cenário desolador. Nos primeiros dias de Governo, inovadora foi a força de coalisão entre Executivo e Legislativo Municipal na criação do Programa de Renda Cidadã – Bora Belém para o enfrentamento da extrema pobreza e vulnerabilidade social agravados pela Pandemia do Coronavírus – COVID 19.

O programa, instituído pela Lei nº 9.665, de 11 de janeiro de 2021, está destinado inicialmente ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, atendendo aos critérios dispostos em resolução a ser editada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A renda cidadã, em caráter de auxílio emergencial, será de até R\$ 450,00, prioritariamente para famílias não atendidas nem pelo Programa Bolsa Família. Para tanto, foi destinado inicialmente um valor de R\$ 60 milhões para a primeira fase do programa, que pretende atender ao longo de sua vigência famílias em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. Para viabilizar o programa, a parceria com o Governo do Estado foi fundamental, já que metade dos

recursos advém de convênio entre a Prefeitura Municipal e a administração estadual.

O Bora Belém terá à frente a Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA como órgão responsável pela gerência dos cadastros para verificação de pessoas em programas sociais, como por exemplo, o Cadastro Único – CadÚnico. Em relação às pessoas que não estão cadastradas no CadÚnico e aquelas em situação de extrema pobreza, a FUNPAPA realizará a busca ativa, onde servidores irão até os locais das famílias não cadastradas.

Desde o início da gestão até os dias atuais, a Prefeitura de Belém iniciou um grande esforço conjunto para a limpeza pública urbana, tanto no combate ao descarte clandestino de resíduos sólidos, em especial, materiais de grande volume e domiciliar, quanto no enfrentamento aos pontos de alagamentos, em momento crítico para cidade, em decorrência do nosso inverno amazônico.

Por meio da SESAN, lançamos a Ação de Limpeza Emergencial nos bairros com serviços manuais e mecânico de dragagem de canais, varrição, capinação e raspagem de vias e logradouros, limpeza de bueiros, coleta de entulhos e lixo domiciliar. A operação conta com cerca dois mil agentes de limpeza urbana e vai durar 90 dias, visando amenizar os impactos causados pelas fortes chuvas neste período de

inverno amazônico. A solução definitiva para os alagamentos virá com o plano de obras de infraestrutura que está sendo elaborado.

Também, implementamos ações de educação ambiental e fiscalização de despejo de resíduos sólidos para conscientizar a população sobre a importância do descarte correto do lixo domiciliar e de entulhos. O objetivo é esclarecer que o cidadão é corresponsável na gestão dos despejos de resíduos sólidos. Quanto aos entulhos, conforme o plano de saneamento básico, uma vez por mês a SESAN vai retirar até um metro cúbico desse resíduo por residência. Um canal de comunicação direto com a SESAN será disponibilizado para que a população possa solicitar o serviço.

Senhoras e Senhores Vereadores,

Apesar da grande demanda por imunizantes e da escassez na oferta dos mesmos, situação agravada pela ausência de definição a nível federal, elaboramos o Plano Municipal de Operacionalização da Vacinação contra a COVID – 19: Plano Belém Vacinada, como medida de resposta ao enfrentamento da doença, tida como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No referido Plano constam os critérios logísticos de recebimento e distribuição de doses das vacinas a serem

recebidas e as fases de imunização da população.

Na Primeira Fase estão inseridos os grupos sociais de maior vulnerabilidade e exposição à contaminação da COVID – 19, como: trabalhadores da saúde, idosos a partir dos 75 anos, pessoas com 60 anos ou mais que vivem em instituições de longa permanência, população indígena, quilombolas e ribeirinhos.

Posteriormente, na Segunda Fase, serão imunizados idosos entre 60 e 74 anos e pessoas com comorbidades que apresentam maior risco de agravamento da doença.

A Terceira Fase abrangerá os professores, os agentes das forças de segurança e salvamento, e na Quarta Fase, os servidores do sistema prisional.

Em 19 de janeiro de 2021 iniciamos a Campanha de Imunização contra a COVID-19 e enfrentamento à pandemia com o recebimento de 19.838 doses, das 173 mil doses da vacina CoronaVac destinadas ao Estado do Pará. Com a chegada de novos lotes de vacina, o Município atingiu um total de 20.010 doses, dados esses referentes ao dia 26 de janeiro de 2021.

Este quantitativo de doses é suficiente apenas para imunizar parte dos grupos prioritários definidos na Primeira Fase. Por este motivo, priorizamos a imunização dos profissionais da saúde que atuam na linha de frente no tratamento a pacientes com COVID – 19.

Portanto, Senhoras e Senhores Vereadores, iniciamos a vacinação pelos trabalhadores do Hospital de Campanha de Belém, no Hangar Centro de Convenções. Em seguida, receberam a primeira dose da CoronaVac os profissionais do Hospital Dom Vicente Zico, unidade de referência no tratamento à doença na capital paraense.

Simultaneamente foram imunizados com a primeira dose da vacina os profissionais dos prontos socorros Mário Pinotti e Humberto Maradei, e do SAMU. A vacinação continua com a imunização dos profissionais das unidades básicas municipais, hospitais estaduais com sede em Belém e dos idosos em albergues.

Nos dias 26 e 27 foram vacinados todos os servidores do Hospital Geral de Mosqueiro e das Unidades Básicas de Saúde, da Estratégia Saúde da Família, do Centro de Atenção Psicossocial, Agentes de Controle de Endemias e da Casa Recrear dos bairros de Carananduba, Maracajá, Sucurijuquara, Furo das Marinhas e Baía do Sol. **<http://agenciabelem.com.br/Noticia/218689/prefeito-de-bel-em-reune-com-bancada-federal-paraense-para-discutir-emendas-para-o-municipio>**

Até o dia 25 de janeiro, foram vacinados 8.678 profissionais de saúde, além de 382 idosos albergados, correspondendo

a 97,45% desse grupo prioritário. A campanha de imunização continuará com a vacinação dos grupos prioritários e a aplicação da segunda dose, prevista para ocorrer entre 14 e 28 dias após a aplicação da primeira imunização.

A meta do Plano Belém Vacinada é vacinar 70% da população belenense. Contudo, este quantitativo dependerá da viabilidade do número de doses que o Ministério da Saúde irá destinar ao Município.

Para dar transparência ao processo de vacinação, criamos o site **belemvacinada.com.br**, para que a população possa acompanhar o número de vacinados na capital paraense e obter as informações oficiais relativas à campanha de vacinação, como: cronograma, fases, grupos prioritários, locais de vacinação, dentre outros.

Durante a semana de comemoração pelos 405 Anos de Belém, realizamos a Ação de Educação para o Trânsito Seguro como uma das ferramentas de auxílio à formação de cidadãos, cientes de seu papel na construção de uma mobilidade mais justa e democrática na cidade. As ações educativas foram realizadas entre os dias 14 e 20 de janeiro de 2021 e abrangeu os cruzamentos da Avenida Presidente Vargas com Travessa Carlos Gomes, Avenida Almirante Barroso com Avenida Júlio César, faixa da Estação BRT – Maracacuera,

na Avenida Augusto Montenegro; e na faixa de pedestre da Avenida Senador Lemos com a Travessa Barão do Triunfo.

Ainda no mês de janeiro teve início o levantamento da situação das paradas de ônibus, com o objetivo de melhorar o serviço de transporte coletivo por ônibus na capital, garantindo medidas mais eficazes na instalação, manutenção e substituição do mobiliário urbano, além da avaliação do critério de localização e estrutura da calçada, assegurando o atendimento mais efetivo às necessidades de mobilidade e acessibilidade do usuário do transporte por ônibus.

O levantamento priorizou a área do Centro Histórico, com coleta de dados em mais de 20 pontos de parada. O trabalho terá continuidade em outras áreas do Município, quando será elaborado um diagnóstico global da situação das paradas de ônibus na capital, a fim de nortear as tomadas de decisões administrativas neste setor.

Agentes de trânsito realizaram atividades de medidas de prevenção aos constantes congestionamentos para maior fluidez no trânsito ao longo da Avenida Augusto Montenegro, mais precisamente no entorno da Estação de Integração do BRT – Tapanã, Estação de Integração BRT – Maracacuera e no Distrito de Icoaraci, nas imediações da Rua 8 de Maio e Agulha.

Senhoras e Senhores Vereadores,

O Planejamento Municipal será fundamental para a construção democrática e participativa da Nova Gestão. Em 2035 celebraremos 200 Anos da Cabanagem e precisamos pensar nos próximos 4 anos com olhos no longo prazo. Portanto, nossa gestão está norteada em quatro princípios que consideramos centrais, e, com base neles, realizamos um amplo e rico processo de debate, escuta social e intervenção coletiva e individual para o desenvolvimento das propostas. Princípios esses que orientam a construção do projeto da **Belém no Século XXI**.

Perceber a democracia enquanto soberania popular, relacionada à condição imperiosa de melhoria da vida da nossa gente, sendo a organização e a ação popular chaves para construção de uma gestão que traga os interesses dos cidadãos para o centro das decisões governamentais;

Considerar as políticas públicas e a ação do Estado enquanto fator de distribuição de renda e riqueza são centrais, assim como garantir o bem-estar coletivo

e o poder de participação autônoma dos cidadãos que constituem o patamar de partida para nossas exigências de cidadania;

Estabelecer um compromisso solidário, que implique na garantia de direitos enquanto conquista e acesso universal nas políticas centrais: saneamento; garantia de renda mínima e acesso ao trabalho digno como política de desenvolvimento local, inovadora, de longa duração e também emergencial; segurança cidadã; saúde; educação e assistência; transporte e mobilidade em parceria, inclusive, com segmentos da iniciativa privada que desejem participar;

Reconhecer a cidade como lugar da diversidade e de busca permanente de justiça social, mas contrário a todas as formas de degradação da natureza;

Promover uma revolução tecnológica e inclusiva na economia, na gestão político-administrativa e na relação dos cidadãos com a cidade para a construção de uma política de ciência, tecnologia e inovação na administração municipal, articulando a rede de instituições, comunidades e demais agentes de inovação hoje existentes em Belém.

Com base nesses princípios, iniciaremos a construção programática de Governo com a realização de reuniões em cada distrito do Município e por grandes grupos de organização.

A experiência acumulada ao longo dos mandatos executivos e legislativos por mim exercidos, nos credencia a implantar esta dinâmica no processo de construção social participativa. Portanto, estamos prontos para governar junto com as forças da mudança. Um Governo que deve ser travessia, saber qual é o porto seguro e apontar para a esperança. Belém será o lugar do respeito e o território do abrigo.

A Mensagem apresenta também alguns elementos dos nossos diagnósticos, dados que nos fazem acreditar que Belém precisa de um governante que a ame, a conheça, seja presente e tenha uma vida dedicada à defesa de direitos.

Portanto, apresentamos os eixos orientadores antecédidos de informações que denotam que Belém precisa de cuidado. Conhecemos Belém e trabalhamos por ela. Estas informações orientarão o Planejamento Estratégico de Governo e os demais instrumentos de planejamento municipais, onde será necessária uma avaliação da estrutura administrativa das instâncias governamentais, a implantação de um Programa de Valorização do Servidor Funcional com estudos sobre a readequação de cargos e salários e política de concurso público municipal para a efetiva gestão das políticas públicas.

Nada para nós é imutável, a não ser o amor pela nossa querida cidade, a fé no nosso povo trabalhador e o compromisso com a ética na gestão pública. Queremos mudar e construir um novo começo, com inovação e criatividade.

Somos muitas pessoas, centenas, milhares querendo mudança, ideias novas que nos devolvam a esperança. Vamos fazer um lindo governo, renovador do amor pelo povo e pela cidade, com equilíbrio ecológico, preparo e comprometido com as mudanças necessárias.

Diagnóstico

Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente

1- Belém precisa de cuidado: políticas urbanas e ambientais.

O município de Belém tem acumulado uma perda nos últimos dezesseis os da capacidade de orientação e condução do processo de planejamento do desenvolvimento demonstrado pelo agravamento da qualidade de moradia, da deterioração dos espaços públicos, da deficiente mobilidade urbana e da degradação das condições ambientais, aprofundando ainda mais a segregação socioespacial. A maioria da população e, em especial, aquela parcela mais desprotegida, é levada a alternativas de ocupação informal, em áreas desprovidas de políticas públicas para bem-viver no sentido do direito à cidade, seja no continente ou nas ilhas que compõem o município de Belém.

Do ponto de vista do ordenamento urbano há um retrocesso e esvaziamento das funções de planejamento, assim como uma ausência de diretrizes, parâmetros, regulamentações e procedimentos de controle do solo urbano que permitam o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Para reverter esta situação consideramos necessário reconhecer algumas formas de organização na cidade como iniciativas do próprio povo; incidir sobre o ciclo de abandono do planejamento urbano resultante do padrão de concentração da riqueza; recuperar os processos e espaços de debate e deliberação; e valorizar a relação homem e natureza.

São muitas as potencialidades e situações efetivas que Belém dispõe para se tornar uma cidade referência nessa relação, com as boas condições de preservação do ambiente urbano e das ilhas, que exercem influência na Belém continental. A cobertura vegetal com mata, ultrapassa 90% da maioria dos territórios das ilhas, segundo estudo apresentado no Diagnóstico da Região Insular de Belém. O Plano de Arborização de Belém precisa ser levado em conta e podemos aumentar em até 150% a arborização em Belém.

O município precisa ter o Plano Diretor revisado e atualizado, assim como os instrumentos desse dispositivo legal: a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo, definindo diretrizes, parâmetros e instrumentos específicos sobre o acesso à cidade e que ampliem a capacidade de gestão do território, apontando soluções para a infraestrutura e para os deslocamentos na escala dos bairros, bem como a oferta e distribuição dos serviços e equipamentos comunitários, iniciando pelos bairros menos assistidos em um processo que combine o saber técnico e o saber construído no dia a dia de vivência nos bairros.

Em 2019, em Belém, 29% das pessoas não tinham acesso à água potável, ou seja, de uma população estimada de 1.492.745 milhões de pessoas, cerca de 425.485 não usufruem desse direito. A rede geral de abastecimento de água possui

221.347 ligações (SNIS, 2019), sendo 92,2% residenciais, 7,1% comerciais, 0,3% industriais e 0,5% públicas. Ampliando para a Região Metropolitana de Belém (RMB), o abastecimento de água alcança 1.261.560 habitantes, o que corresponde a somente 60,8% da população urbana, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2018). Portanto, 40% da população da RMB não têm acesso a este direito básico.

Em relação ao esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, Belém é a metrópole brasileira com as piores condições de infraestrutura urbana, ostentando indicadores nos quais, em 2019, 84% dos habitantes não tinham acesso à rede de esgoto. Além disso, apenas 9,22% do esgoto recebe tratamento sanitário e 90,78% é direcionado para os mananciais, fossas, rios e outros destinos que poluem o meio ambiente (SNIS, 2018). O esgotamento a céu aberto (vala, fossa rudimentar, rio, lago ou mar e outras formas de escoadouro) sem tratamento sanitário abrange 12% dos domicílios (IBGE, 2019), e, por isso, a cidade de Belém se encontra entre os piores municípios no ranking do saneamento, configurando no 6º lugar entre os 10 piores (Trata Brasil, 2020 com base em dados do ano de 2018).

Acrescente-se a esse cenário a necessidade de atualização do Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário (PDES) da RMB, elaborado e aprovado pela Companhia de

Saneamento do Pará (COSANPA) em 2009, bem como os manuais de manutenção das obras, com revisão dos projetos de macrodrenagem das bacias hidrográficas de Belém. O conjunto de medidas, a participação popular e incorporação de inovações tecnológicas deverão resultar no fim dos alagamentos, tais quais os que ocorrem hoje na Bacia do Una e em outros pontos da cidade.

No tocante à geração, coleta e tratamento de resíduos sólidos, em 2019 foram produzidas diariamente em Belém cerca de 1.520 toneladas por dia (SESAN, 2020). Desse montante, aproximadamente 500 toneladas são descartadas de forma desordenada em cerca de 600 pontos de descarte na cidade, o que provoca acúmulo de lixo em ruas e rios urbanos, tornados agora canais, tanto nos bairros centrais quanto nos mais afastados. Este cenário se agrava pelo fato de a cidade não dispor de estrutura e condições para coletar e destinar adequadamente a produção de lixo.

Uma de nossas prioridades é dar uma solução definitiva para a destinação final dos resíduos sólidos de Belém, que hoje são depositados no Aterro Sanitário de Marituba, mas tem o encerramento das atividades marcado para maio de 2021. É uma situação complexa, por estar judicializada e envolver os municípios da Região Metropolitana, além do Governo do Estado e da empresa dona do aterro.

A gestão passada não cumpriu com a recomendação conjunta emitida pelas Promotorias de Justiça de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Marituba, Ananindeua e Belém para dar uma solução alternativa viável ao problema do fechamento do Aterro Sanitário.

São situações que perduram e se agravaram no contexto da pandemia pela COVID- 19, e exigem soluções urgentes da gestão municipal, sob o risco de um crescente agravamento das condições de vida e saúde da população.

Belém apresenta uma dinâmica territorial bastante intensa. Afinal, a capital do Estado do Pará é o principal polo de viagens da RMB, que também abrange os municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal. Além de ser dividido em 8 Distritos Administrativos, com 72 bairros e uma área continental que representa 34,36% da área total, uma parte insular constituída por 39 ilhas, que compreendem 65,64% do território.

Observa-se que a ocupação do território na área de expansão do Município de Belém revela, historicamente, processos espontâneos de ocupação do solo, com a instalação de assentamentos e loteamentos habitacionais inicialmente isolados, com pouca relação com os bairros dos entornos. Neste contexto configurou-se uma malha

viária descontínua, marcada pela presença de poucos eixos de circulação estruturantes capazes de responder às necessidades de deslocamento, tanto no que diz respeito a ligações de longo alcance (intraurbano e metropolitano) quanto àquelas relacionadas a conexões interbairros.

Esse quadro é reforçado por dados da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), por dados do Departamento Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura MINFRA/DENATRAN, do ano de 2018, quando trata da questão da mobilidade. Também se observa que é notória, a elevada frota do município de Belém em relação aos outros municípios da RMB, pois representa mais de 70% do total de veículos, cuja frota total (451.776 veículos) é composta principalmente por automóveis e motos (78%).

O sistema de transporte coletivo de Belém atua principalmente por meio de linhas de ônibus convencionais, com percursos similares, utilizando primordialmente os corredores das avenidas Augusto Montenegro, Almirante Barroso e BR-316. Por este motivo, os corredores de BRT foram planejados para atuarem nas referidas avenidas, onde a demanda está mais concentrada, apresentando elevada sobreposição de itinerário de linhas diferentes. Em relação aos dados relacionados à mobilidade ativa, o que se observa é a insuficiência tanto quantitativa quanto qualitativa, com ênfase à necessidade da conexão com outros modais.

Sobre a situação da habitação, a projeção do déficit habitacional no Estado do Pará é de mais de 314.643 (FJP, 2015), segundo a Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) e, dentre os municípios do estado, Belém é o município que apresenta a maior demanda, com um déficit de mais de 72 mil unidades habitacionais, em 2010, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2013). Ainda segundo os dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, Belém apresentava uma população estimada de 1.492.745 habitantes residentes em 462 mil domicílios (IBGE, 2019), ou seja, cerca de 55,49%, isto é, 225.577 domicílios, se encontram em localizações consideradas como aglomerados subnormais.

Para a plena gestão da política de desenvolvimento urbano é necessário que a Administração Municipal fortaleça os instrumentos de gestão democrática da cidade, por meio da estruturação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de um Planejamento Estratégico de Governo que oriente os caminhos, cenários, para o desenvolvimento municipal, a reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU, as formas de participação social e a retomada do processo de revisão do Plano Diretor do Município e ainda, a implantação de um sistema Integrado de Informações Municipais.

Diretrizes

Considerando as condições expressas no diagnóstico revelado, propomos as seguintes diretrizes:

A política de Habitação de Interesse Social deve promover o acesso à moradia digna e de qualidade com soluções variadas e adaptadas às características ambientais de Belém e às condições sociais das famílias, especialmente àquelas em condições mais vulneráveis, fortalecendo a participação popular na construção da política de habitação de interesse social, devendo ser orientada pela qualidade e sustentabilidade dos projetos habitacionais.

É necessário ampliar e diversificar as formas de atendimento da demanda habitacional e das condições de direito à moradia digna e à segurança na posse; priorizar o atendimento de famílias chefiadas por mulheres; promover a modernização e a adequação da estrutura institucional e da base legal municipal relativa à política de habitação social. Além de recursos do erário municipal, será buscada para a habitação de interesse social a articulação com programas dos governos estadual e federal para garantir um aporte maior de recursos e ampliar o número de famílias a serem beneficiadas.

Para tanto, promoveremos inicialmente estudos sobre o atendimento do Programa Viver Belém referente à continuidade das obras paradas ou em andamento dos residenciais em

atendimento às famílias cadastradas; o levantamento da situação dos demais empreendimentos imobiliários (construção de unidades residenciais sob a responsabilidade da PMB (Vila da Barca, Neuton Miranda, Paracuri, Tucunduba, Portal da Amazônia, dentre outros), o incremento das ações de regularização fundiária em áreas prioritárias, notadamente àquelas em situação de vulnerabilidade social e riscos ambientais.

Do ponto de vista do Patrimônio Cultural devem ser consideradas as iniciativas, necessidades e expectativas de uma população que convive com um patrimônio cultural de natureza material que remete ao núcleo histórico da cidade, mas também às construções e manifestações contemporâneas forjadas na realidade espacial e territorialidades que constituem importantes referências culturais e paisagísticas, como as olarias de Icoaraci, as moradias dos ribeirinhos e as práticas e relações com a água, com o artesanato, indissociáveis dos saberes e práticas tradicionais, formas de expressão e celebrações que nos exigem políticas para o seu reconhecimento, valorização e salvaguarda.

Assumimos a Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial como princípio estratégico de conservação e valorização das identidades locais, da memória, das tradições, do conhecimento da história e da cultura no sentido mais amplo. Serão garantidas a criação e a implementação no município de políticas específicas de registro do patrimônio

imaterial, considerando os avanços das legislações federal e estadual. Por outro lado, fortalecer as identidades, diversidade e ancestralidade pela salvaguarda de bens materiais ou imaterial, por meio de ações políticas que reconheçam o bem cultural na contemporaneidade, seja pelo saber contido, seja pela forma de organização dos que vivem no entorno ou pelas experiências como formas alternativas de organização da vida social.

Neste contexto, é de fundamental importância que no de 2021 iniciemos os levantamentos necessários para dar continuidade à elaboração do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Belém e demais áreas de interesse à preservação do patrimônio cultural, paralisados desde 2005.

Os planos específicos complementares ao Plano Diretor são instrumentos que atendem às áreas com concentração de bens tombados e de interesse de preservação, tendo em vista os diferentes saberes de agentes que construíram e constroem esse patrimônio em Belém. Assim como a rearticulação e a valorização da rede de feiras e mercados de Belém, acrescentando e ampliando o enfoque cultural e patrimonial e a abordagem destes pelo potencial cultural, simbólico, econômico, cultural, patrimonial cultural e natural e turístico na porção continental e insular do município. Implementar as feiras móveis nos bairros centrais, enquanto ampliação de mercado dos feirantes e pequenos empreendedores, representará uma inovação no acesso mais

econômico aos produtos oriundos da agricultura familiar, incentivada por programas de crédito específico.

O direito ao Saneamento de qualidade dever ser pautado pelo controle social, pela descentralização da infraestrutura e respeito às pessoas e ao meio ambiente. O controle social, como elemento constitutivo da esfera pública, é indispensável, bem como descentralizar a infraestrutura para implantar atendimento local e de tecnologias alternativas que possibilitem a redução de custos, a expansão do acesso ao abastecimento de água adequado e adaptado a cada distrito e às ilhas em um extenso território que desafia a instalação de sistemas localizados, mas plenamente possível a partir do estabelecimento de parcerias com instituições públicas que detêm know-how a baixo custo. Primar pelo respeito às pessoas - menos doenças e menos óbitos – na interação entre homem e natureza de forma saudável, sendo imprescindível fortalecer as instâncias de participação, de regulação municipal, como a Agência Reguladora Municipal, estabelecendo diálogos e negociações com a COSANPA para que assuma a responsabilidade socioambiental que possui.

Assim, há que se definir a relação com a esfera estadual quanto ao novo marco regulatório do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei Nº 14.026/2020).

Dados do SNIS de 2018 demonstram que nossa cidade ocupa a inaceitável posição de 6º pior saneamento básico entre as 100 maiores cidades brasileiras. Belém participará de forma efetiva nos diálogos e soluções junto à esfera estadual e com os demais municípios da RMB.

O saneamento implica no desenvolvimento de tecnologias e equipamentos de gerenciamento ambiental para redução do lixo urbano e dos resíduos sólidos e logística reversa (restituição dos resíduos aos setores de onde se origina, as empresas). Ao tratamento de resíduos orgânicos será dada prioridade para utilização em compostagem e produção de biogás, contribuindo ainda para mitigar a emissão de gases fugitivos poluentes e/ou de mau odor, e por meio de serviço qualificado de limpeza, manejo das águas pluviais urbanas e com a efetiva realização de coleta seletiva.

Tratar a política de saneamento ambiental na nossa Belém significa investir em 2021 na limpeza pública dos logradouros públicos (resíduos sólidos: residenciais, industriais, urbano; drenagem: dragagem, desobstrução de canais, bocas de lobo, pontos de visitação) associada a um contínuo e permanente programa de educação ambiental e sanitária e implantar um Plano de Controle de Alagamentos.

Paralelamente a estas ações, iremos atuar na continuidade das obras de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e na manutenção dos serviços emergenciais na Bacia do Una, além de efetivar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos a nível metropolitano para a destinação e tratamento adequado em aterro sanitário ambientalmente viável.

A política de mobilidade e acessibilidade aponta para uma concepção de futuro da cidade com o transporte e a mobilidade que desejamos, em condições seguras, rápidas e que não pesem tanto no orçamento de quem depende do transporte público. Enfim, que melhorem as condições para todos e todas.

Observamos com base na composição da RMB e na caracterização dos fluxos de transporte e mobilidade, que o Município de Belém deve estar interna e externamente conectado com a Região Metropolitana. Isso exige da gestão municipal uma excelente mobilidade dos munícipes, além de boa acessibilidade a todos os lugares do território, tanto na porção continental, quanto na porção insular. Sendo assim, faz-se necessário agregar o Plano de Mobilidade de Belém (PlanMob).

Para a política de transporte coletivo por ônibus serão imprescindíveis qualidade e integração, considerando a rede cicloviária integrada em toda a cidade e o transporte fluvial,

com trânsito e circulação com dignidade, além de segurança e acessibilidade; gestão democrática e participativa de mobilidade urbana. O transporte fluvial é uma das prioridades na integração dos modais para esse novo tempo de deslocamento das águas em mais uma ideia inovadora para Belém conectar os habitantes.

Como desafios a serem enfrentados em 2021, temos a integração metropolitana para a mobilidade e acessibilidade urbana, a adoção soluções técnicas conjuntas, urbanas e ambientalmente viáveis para a interface dos Sistemas BRT – Municipal e Estadual, e os vários modais; a complementação das obras de requalificação urbana do BRT Icoaraci, o encaminhamento do Projeto BRT – Centenário e os levantamentos necessários para a continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômica do Projeto BRT – Centro.

Diagnóstico

Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente

2- Belém precisa de cuidado: políticas sociais e direitos

As políticas sociais são o coração de nosso programa. Em um município de enorme vulnerabilidade social e em um momento de crise, nosso povo precisa de atenção, proteção e segurança para pensar o próprio futuro. Assim, apresentamos dados de diagnóstico das principais políticas a serem trabalhadas nas áreas de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social e Segurança.

Relativamente à saúde, na cidade de Belém, aproximadamente 70% da população dependem, exclusivamente, do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse dado aumenta a responsabilidade dos futuros gestores no resgate da gestão plena do Sistema de Saúde, que foi grandemente abandonada nas gestões recentes.

O Município de Belém tem hoje a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) 33% (até junho de 2020 - Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde -SCNES) e de Atenção Básica, de 39,09% (junho de 2020 - SCNES). O número de equipes de ESF tem variado de 99 a 123 equipes, mantendo assim uma baixa cobertura, deixando a população sem a garantia de acesso a serviços de saúde.

Belém apresenta 19,50% até junho de 2020 - SCNES/NEP-DGRTS-SESMA de cobertura de saúde bucal. Ademais, nos últimos 5 anos a redução das coberturas vacinais em Belém foi drástica, como é o caso da BCG (que previne formas graves da tuberculose) e Hepatite B (que previne contra Hepatite B).

As taxas de mortalidade infantil em Belém vêm aumentando nos últimos 4 anos, com 16,20 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos (SINASC/DIA/SESMA, 2021, dados preliminares de 2020).

Em Belém, no período de 2014 a 2018, foram registrados 1.761 óbitos de crianças menores de 1 ano por causas evitáveis ou reduzíveis e em 2020 foram registradas 262 mortes na mesma faixa etária. Assim como as taxas de mortalidade infantil, a mortalidade materna no município de Belém encontra-se em oscilação nos últimos anos. Em 2019, a taxa de mortalidade materna foi de 70,46 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, e em 2020 foi de 68,00 por 1.000 nascidos vivos, acima da média brasileira no período apurado (SINASC/DIAES/DEVS/SESMA, 2021).

A Rede de Serviços de Saúde Mental implementada hoje em Belém é absolutamente insuficiente para atender os usuários em situação de crise e de risco de vida pessoal e social.

Referente à educação, deve-se frisar que na rede municipal de Educação de Belém a realidade é bastante preocupante. Segundo os dados do Painel Educacional do INEP/MEC, da Prova Brasil, no parâmetro "interpretação de texto", no ano de 2019, dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental das escolas municipais de Belém, apenas 14,76% atingiram o nível avançado e 34,68%, o nível proficiente. No 9º ano, os índices pioram: apenas 3,79% dos estudantes atingem o nível avançado e 25,30% o nível proficiente, restando 70,90% nos níveis básico e insuficiente.

Para a disciplina matemática, os dados não são melhores. Para os alunos do 5º ano, apenas 6,40% alcançaram o nível avançado e 27,71% o nível proficiente, portanto, 43,41% se encontram no nível básico, números que se agravam no 9º ano, quando apenas 0,33% alcançaram o nível avançado e 7,80% o nível proficiente.

Vale destacar que esta classificação não é oficial sendo proposta pelo educador Chico Soares. Segundo dados do MEC-INEP, 39,25% dos alunos do 5º ano, que fizeram a prova de português, alcançaram o nível 3 e 4 (a escala varia de 0 a 9). Enquanto que 40,02% dos alunos do 9º ano atingiram o nível 2 e 3 (a escala varia de 0 a 8). Com relação à matemática, 22,18% dos alunos do 5º ano atingiram o nível 3 (escala varia de 0 a 10) e 21,74% atingiu o nível 2 (a escala varia de 0 a 9).

Segundo o INEP, em 2013 foram 17.898 matrículas na educação infantil contra 21.576 em 2020 (dados SEMEC), apontando um aumento de 20,5%, (ou seja, aumentaram 3.678 crianças no período). Em creches, foram 3.606 matrículas em 2013 e 6.327 em 2020 (Síntese Municipal-SEMEC) com um aumento de 75,5% (ou 2.721 crianças a mais). Na Pré-escola, por sua vez, foram 14.292 matrículas em 2013 e 15.249 em 2020 (Síntese Municipal-SEMEC), com aumento de 6,7% no período ou 957 crianças a mais.

Pesquisa realizada sobre o anuário de Belém no período de 2012 a 2017 mostra que a partir do ano de 2015 houve uma significativa diminuição no número de escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2015, havia 60 escolas ofertando a modalidade, em 2016, esse número caiu para 57 escolas, e em 2017, reduziu para 40 escolas, em 2018 reduziu para 38 e em 2019 para 36.

A situação também é grave na educação especial, onde as condições são precárias, tanto para estudantes quanto para trabalhadores da educação.

Considerando a Assistência Social, em relação à violação de direitos, Belém ainda convive com situações que consideramos de risco social, haja vista os níveis de exclusão a que estão submetidas milhares de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e pessoas idosas.

Essa situação se expressa na quantidade de crianças envolvidas em situações de vulnerabilidade social.

O trabalho infantil e o abuso e a exploração sexual são as principais situações reveladas pelo atendimento realizado na assistência social. A partir de amostra disponível no Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2020) tem-se, ainda, que em Belém, 31 crianças na faixa etária de 3 a 17 anos foram vítimas de abuso sexual, em especial no período da quarentena da COVID-19. Dados do relatório de gestão da FUNPAPA apontam, que até junho de 2020, 42 crianças e adolescentes foram vítimas de abuso sexual e em 2019 este número chegou a 90 vítimas. A violência intrafamiliar também se fez presente, até junho de 2020, 76 crianças e adolescentes foram vítimas e 155 em 2019 (SEVISA/NUSP/FUNPAPA).

É visível nas ruas de Belém a presença de crianças em situação de trabalho infantil, sendo que há completa ausência de dados sobre a questão, o que demonstra total desinteresse do poder público em diagnosticar a situação para fins de formulação de políticas públicas. Conforme levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Renda (SEASTER), somente em 2020 se constatarem aproximadamente 1.200 crianças atendidas na faixa etária de 3 a 12 anos. Em se tratando de dado da rede social de atendimento, podemos pressupor que o quantitativo é muito maior, sendo necessário e urgente realizar um levantamento da real situação em Belém.

No caso de mulheres vítimas de violência doméstica, Belém, registrou o aumento dos casos de feminicídio em 118% no período da quarentena da COVID-19, enquanto os demais crimes contra a pessoa diminuíram em 24%, evidenciando que as mulheres ainda ocupam um lugar de submissão doméstica aos companheiros afetivos, na maioria dos casos.

Belém também convive com a violação dos direitos das pessoas idosas. Em 2017, a Polícia Civil do Pará apontou 187 crimes em Belém contra esse público, desde atitudes de abandono, violência psicológica e maus tratos, cometidos na maioria por familiares.

Quanto ao aspecto de Segurança, destacamos que grande parcela da população carrega as consequências da pobreza e da fome, acentuadas pelo desemprego no cenário de pandemia. Essa realidade afeta marcadamente a juventude negra e as mulheres, conforme os diversos mapeamentos da violência realizados no Brasil. Eles são as maiores vítimas de um processo de desigualdade social e racial, cuja aparência é a motivação para o extermínio.

A violência na Região Metropolitana de Belém é estrutural, com tristes estatísticas, como o feminicídio. Dados de 2018, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apontava Belém entre as cidades mais violentas do mundo, com uma taxa de homicídio de 50

para 100 mil habitantes. O crime de homicídio é a maior causa de mortes no país. Belém concentra 53,8% de todos os homicídios na RMB, que atingiram o número de 10.948 ocorrências entre 2010 e 2017. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) e o Mapa da Violência (2016) confirmam a realidade que os moradores sentem no cotidiano: não há tranquilidade!

Dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Pará – período de 2010 a 2020 –, apontam que Belém concentrou 54,30% dos homicídios da RMB. Em 2010, 842 pessoas foram vítimas, em 2019 (427) e 2020 (292). No que diz respeito à situação do esporte e lazer em Belém, observa-se que a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) não assumiu o papel de articulação com os demais setores de políticas públicas para a formulação e a implementação de políticas, que de fato buscassem a democratização do acesso ao esporte e lazer como direitos sociais.

Houve diminuição drástica do atendimento à população nos últimos 8 anos com a redução e, até mesmo, a extinção de programas e projetos de esporte e lazer, assim como, a não execução integral dos recursos destinados à pasta que chegaram ao percentual crescente de 16.74% em 2017, 24,53% em 2018, 34,33% em 2019 e em 2020 já atingia a casa de 90,62% de recursos não executados, conforme dados do Portal da Transparência. Ainda, observou-se a incapacidade de ampliação e diversificação das fontes de financiamento para o esporte e lazer no município. Com relação às políticas para a juventude, não há registro de ações que apontem para a garantia dos direitos dos jovens com vistas ao desenvolvimento integral e à participação ativa nos processos decisórios, tal qual, previsto no Estatuto da Juventude.



Diretrizes

Considerando as condições expressas no diagnóstico revelado, propomos as seguintes diretrizes:

Nascer e viver bem em Belém.

A Saúde chegará onde o povo está. A saúde da mulher e da criança são a afirmação e expressão da nova vida saudável para Belém do Século XXI. Ancorada no SUS, será garantida mediante políticas sociais e econômicas, que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação desse sistema único. Terão ações potentes no campo da atenção básica e da atenção hospitalar e domiciliar.

As Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal serão um pilar da Atenção Básica, bem como a ampliação do atendimento nas unidades de saúde, com previsão até de um terceiro turno nessas unidades, desde que devidamente debatido e acordado com as comunidades, de maneira organizada pelas Subprefeituras. Está prevista a ampliação do atendimento à população ribeirinha, os Programas Saúde na Escola (PSE) e Saúde Mental.

Com a Atenção Básica bem estruturada, os desafios da Atenção Especializada serão o pleno funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e dos Ambulatórios Médicos de Especialidades para a realização de consultas e exames especializados em cardiologia, pneumologia, ortopedia e endocrinologia. Ainda, o serviço contará com a implantação

da Rede de Telessaúde e Telemedicina Municipal, ideias novas que irão melhorar a saúde das pessoas mais carentes.

Na Urgência e Emergência pretende-se estruturar a ação nos Distritos Administrativos e Unidades Básicas para atendimento clínico e cirúrgico. O SAMU de Belém será ampliado e estruturado para dar suporte de Urgência e Emergência a pacientes em crise psíquica, incluindo a contratação de leitos de hospital geral para atenção a pessoas em sofrimento psíquico. Será também integrada em toda rede, de acordo com o perfil clínico e a vocação de cada hospital.

Para não ocorrer falta de remédios, serão garantidos todos os medicamentos preconizados pelo SUS. A Assistência Farmacêutica incorporará nas ações que possui a Farmácia Viva com medicinas alternativas, incorporando medicamentos fitoterápicos validados e testados no SUS e com amplo domínio popular, o que irá fomentar nas comunidades a utilização e reconhecimento das práticas ancestrais e populares.

A Saúde da Mulher e da Criança serão materializadas na implantação da primeira Maternidade Municipal, com objetivo central de atendimento humanizado, incluindo a redução do número de óbitos maternos e a mortalidade infantil, a autorização para incluir acompanhante, doula e a implementação da Casa do Parto. Será criado o Selo Nascer Bem para certificar as boas práticas de humanização e de proteção à mãe e ao bebê. Ainda, será implantado o Serviço de Urgência Ginecológica no Hospital de

Mosqueiro e na Sacramenta, com prevenção e tratamento precoce do câncer de mama e do colo uterino.

Também será fundamental a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, orientando e realizando a prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids. Terão especial atenção as mulheres negras e indígenas, reposicionando-as, dada a desatenção histórica às necessidades que possuem. Enquanto as mulheres egressas e internas no sistema penal terão ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis, bem como estarão pautadas alternativas para quilombolas, ribeirinhas e assentadas rurais, entre outros.

Será implantada Atenção Integral à Saúde do Homem nas unidades básicas do SUS e, ainda, um conjunto de ações para homens, mulheres e adolescentes para auxiliar no planejamento familiar e na prevenção da gravidez precoce. Será assegurada a Saúde à Pessoa com Deficiência e aos Doentes Portadores de Doenças Raras nas unidades básicas no SUS. A Saúde Mental será reestruturada para garantir atendimento às pessoas com sofrimento psíquico e transtorno mental e dependentes de álcool e outras drogas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além de acompanhamento domiciliar de usuários e atendimento psicológico virtual.

A Saúde do Idoso terá acolhimento no Centro Geriátrico, além de atenção integral na rede, incluindo tratamento odontológico e fomento a grupos de atividades culturais e esportivas para idosos.

Para fortalecer a Vigilância em Saúde e a proteção de animais domésticos serão fornecidos serviços gratuitos e com prioridade a tutores de animais de baixa renda, que se utilizam de programas sociais.

Para garantir a oferta de serviços com qualidade e de forma resolutive, a Gestão do Trabalho será associada à Educação Permanente. A Vigilância Em Saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e de Saúde do Trabalhador) será fortalecida para garantir principalmente cobertura vacinal das doenças imuno-preventivas. A Gestão Plena do SUS atualizará a pactuação de saúde intermunicipal e interestadual. A Redemocratização do SUS Municipal será acentuada com o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e instituindo os Conselhos Gestores Locais nos Serviços de Saúde, fortalecendo a participação e o controle social.

Belém será uma Cidade que Educa com Inovação e Acolhe com Amor. Um Projeto Educacional para Belém apresenta-se como ato político-pedagógico emancipatório, caracterizado pelo acolhimento e pela amorosidade em contraposição à lógica desumanizadora, seletiva e excludente, que supervaloriza o individualismo e a competição. A equidade digital, isto é,

a igualdade no acesso à inovação e tecnologias será proporcionada aos alunos das nossas escolas, como forma de estimular o protagonismo dos alunos, superar o baixo desempenho e os indicadores educacionais, além de incentivar a formação em práticas pedagógicas com tecnologia e para a tecnologia.

Belém é rica em potencial para energia solar e terá nessa fonte um tratamento ambientalmente sustentável, avaliando a viabilidade do uso de energia fotovoltaica nos equipamentos públicos municipais, começando pelas escolas, de tal modo que seja substituído o uso da energia elétrica por energia solar. Do mesmo modo, deve propiciar novas práticas de consumo de água potável, estendendo essa visão de equilíbrio ambiental para a comunidade.

A alimentação escolar será vinculada às famílias e à comunidade, à medida em que participará do Programa de Soberania Alimentar, que, entre outras estratégias, poderá utilizar espaços e equipamentos públicos para o cultivo de vegetais orgânicos e também espaços da própria comunidade para produzir alimentos in natura, visando o consumo local.

A Escola do nosso projeto será inclusiva e com valores de solidariedade, cooperação e respeito; e reconhecimento das diferentes etnias, gêneros, grupos sociais, culturas, perspectivas de pensamento, saberes e gerações. Será emancipadora de tal modo que combata o racismo, o machismo, o patriarcado, a misoginia, a homofobia, a xenofobia e toda forma de discriminação aos diferentes e à diferença. Uma Escola Aberta à comunidade.

Escola garantirá o Acesso; a Permanência e Conclusão com Sucesso; a Gestão Democrática; a Qualidade Socialmente Referenciada e a Valorização de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação. Belém terá a Educação que valoriza a realidade social, os conhecimentos científicos e populares e a aplicação do financiamento adequado, a partir do Custo-Aluno-Qualidade-CAQ, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE).

A Escola de Tempo Integral terá que ser avaliada dos pontos de vista pedagógico e administrativo, internamente e com a população. Com o objetivo da sua reorganização, agregaremos o conceito de Escola Livre à ETI, no qual o Bosque Rodrigues Alves será espaço de agenda da Escola Livre. Estudantes e professores/as complementarão o conteúdo de temáticas como a devastação da Amazônia, a agroecologia, agronegócio, agricultura familiar, acervo de zoologia e botânica, dentre outros.

Para atender a todas as fases e modalidades, a Educação Infantil terá ampliada a oferta com ambiente seguro para educar e cuidar das crianças pensantes, criativas, curiosas e com as próprias experiências e saberes. O Ensino Fundamental, base da formação de crianças e adolescentes, terá a universalização da oferta, oltado ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, principalmente para aquelas que, por vezes, têm a escola como único espaço de acolhimento.

O Ensino Médio ofertado através da Escola Bosque, além do papel fundamental na cobertura do Ensino Fundamental das ilhas de Belém, será o espaço da oferta do ensino técnico em meio ambiente e de tecnologias inovadoras na produção sustentável de medicamentos fitoterápicos e práticas agroecológicas.

Educação de Jovens e Adultos terá ambientes escolares, metodologia, currículo diferenciado, insumos materiais e pedagógicos adequados para receber alunos/as que saem das atividades laborais direto para as escolas ou ficaram no meio do caminho do ensino regular. Nesta modalidade, todo o esforço será direcionado para zerar o analfabetismo em Belém, tendo como referência a Pedagogia Freireana. Teremos a meta de que Belém seja reconhecida como Belém, Cidade Alfabetizada!

A Educação Especial, além de atender a legislação específica, será ofertada de forma intersetorial e combinada com outras políticas como: saúde, assistência, transporte-mobilidade urbana.

A Educação do Campo, das Águas e da Floresta terá a escola presente nas comunidades e territórios de diversos grupos sociais, sujeitos do Campo, das Águas e da Floresta, com a especificidade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Para a implementação do Projeto Educacional de Belém as trabalhadoras e trabalhadores da educação – todos aqueles que fazem a escola no cotidiano, na gestão, no ensino, nas ações extracurriculares e na garantia da escola adequada e segura – serão chamados ao debate sobre os caminhos da Valorização, incluindo carreira, salário, jornada e condições de trabalho, formação inicial e continuada, democracia (gestão educacional) e a identidade profissional.

Para ter a Belém Segura, as principais estratégias serão pautadas pela preservação da vida, respeito aos direitos fundamentais, promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana. O uso intensivo de novas tecnologias, ações preventivas e resolução pacífica de conflitos, combinados com outras políticas que contribuam para a prevenção à violência e serão a base para estabelecer cooperação entre o Município, o Estado, o Governo Federal, visando atuação integrada e eficaz com moderna estrutura de coordenação dessa política.

A participação popular será parte constitutiva da Política de Segurança Municipal, seja através do Conselho Municipal de Segurança Pública, seja de conselhos distritais para formulação de políticas específicas em cada território, além de outros espaços de participação. A Guarda Municipal será fundamental para a implementação das ações, dado o conhecimento das especificidades dos territórios e a experiência acumulada, com o monitoramento remoto ampliado das vias e logradouros públicos.

Vamos proteger a população de Belém por meio de ações voltadas para jovens, crianças, adultos, idosos e grupos em situação de vulnerabilidade, combinando o uso de tecnologias; de ações preventivas de âmbito local; e da participação da sociedade para a definição conjunta de soluções, em instâncias próprias já definidas legalmente. Assim, objetivamos reduzir o sofrimento, preservar a vida e diminuir as perdas.

A Política de Esporte e Lazer como Direito Social de todas as pessoas e dever do Estado, será desenvolvida na perspectiva do direito à cidade, integrada enquanto política intersetorial e baseada em princípios de participação popular, transparência e controle social.

Tendo o esporte como um fenômeno social e o lazer voltado para a formação integral das pessoas, Parques Ambientais e áreas verdes da cidade serão vitais para conectar a natureza na cidade aos moradores, assim como a Escolas das Águas para desenvolvimento de práticas corporais aquáticas peculiares ao cotidiano da comunidade ribeirinha. Da mesma forma, os programas de arte, cultura, esporte e lazer serão importante estratégia, principalmente para a juventude no território dos CRAS; e a modernização de equipamentos terá que ser inclusiva da população portadora de deficiência.

Nosso projeto para a Política da Assistência será denominado de Padre Bruno Secchi e visa fortalecer o processo de participação social, que mobilize e envolva os serviços socioassistenciais, trabalhadores e trabalhadoras do sistema e a população de uma maneira geral. Através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atuaremos com uma rede de proteção e defesa dos direitos sociais.

Nossas metas se colocam com a gestão nos espaços de controle social e de serviços socioassistenciais, num trabalho necessário e urgente para fortalecer os mecanismos que objetivem a garantia do controle social, a favor dos direitos sociais, além da rearticulação do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes e dos Conselhos tutelares, dentre outros.

Garantir a manutenção do SUAS, enquanto sistema público de proteção social, exige o compromisso da gestão com as necessidades coletivas, no qual a proteção social e a vigilância socioassistencial sejam funções da política estatal de assistência social ao lado da defesa de direitos.

A Garantia de Direitos e Proteção Social em articulação com as outras políticas, inclusive aquelas necessárias à efetivação do aumento da renda e da qualidade de vida, será efetivada por meio de uma política de assistência e de um programa específico que irão promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização

da família quando ao papel na sociedade, às necessidades e aos direitos.

O Projeto Rede Mulher será articulado com as demais políticas para assegurar às mulheres a igualdade e a autonomia econômica; o enfrentamento a todas as formas de violência; o fortalecimento e a participação nos espaços de poder e de decisão; a cultura e o esporte; o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia; e a igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência.

Para enfrentar a violação dos direitos humanos com proteção social serão fortalecidos os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), através do acolhimento da população em situação de rua, das crianças e dos adolescentes em situação de abuso e exploração sexual; das mulheres vítimas de violência doméstica e que correm risco de feminicídio; e daquelas que se encontram em trânsito na cidade.

Importa também, implantar a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente no âmbito do SUAS para valorizar, efetivamente, o trabalhador e trabalhadora, garantindo a participação nos processos de planejamento e estruturação do trabalho institucional.

Diagnóstico

Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente

3- Belém precisa de cuidado: economia

Belém é uma das maiores capitais brasileiras, com uma população estimada em 2020 pelo IBGE, de 1.499.641 milhões de habitantes, com grande riqueza natural e uma população trabalhadora criativa e voltada à construção do futuro. A cidade apresenta diversos espaços de interação comercial, feiras livres, de serviços e de moradia integrados e que devem ser parte da política governamental, de uma frente que se propõe gestar a cidade para os interesses populares.

O PIB municipal de Belém em 2018 estava estimado em aproximadamente 31,5 bilhões de reais, representando 19,51% do PIB paraense, com crescimento de 4,1% em relação a 2017. Basicamente, Belém se constitui em uma cidade de serviços, representando mais de 85% da economia, o setor industrial cerca de 14% e a agropecuária somente 0,3%. No setor de serviços destacam-se os atendimentos especializados em saúde e educação e na indústria, a construção civil, os alimentos e as bebidas (IBGE/FAPESPA).

As receitas tributárias municipais pouco têm contribuído para a elevação das receitas da capital paraense nesse período, devido a vários fatores, com destaque à fragilidade econômica do município e à inexistência de um plano de desenvolvimento econômico e social do município.

Em 2015, a arrecadação tributária municipal alcançou R\$ 681 milhões, com participação de 20,83% da receita total. Em 4 anos, apesar do crescimento, essa participação alcançou apenas 25,73%, com R\$ 874 milhões. Assim, devido à fragilidade econômica da capital paraense e da falta de ações mais efetivas de fiscalização e de arrecadação por parte da Secretaria de Finanças (SEFIN), o grau de dependência fiscal de Belém dos recursos de transferências constitucionais e legais, sejam da União ou do Governo Estadual é elevada.

Segundo o Boletim de Finanças dos Entes Federativos, publicado em agosto de 2020 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referente ao atual exercício, a correlação das receitas próprias em relação à receita total é 41,8%. Se analisada sob a ótica das transferências correntes (FPM, Cota-parte do ICMS e IPVA e demais) ao longo dos últimos 5 anos, essa participação em relação ao total das receitas correntes cresce para uma média em torno de 60%.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o principal imposto municipal, no período em análise, apesar do crescimento, pouco contribui para o total dos ingressos das receitas. Em 2015, a arrecadação desse imposto foi na ordem de R\$ 381 milhões; e em 2019, foi de R\$ 418 milhões com crescimento real de 9,71% nesse período. Entretanto, apesar desse desempenho, a participação dele pouco se

alterou passando de 11,65% em 2015 para 12,30% em 2019, sendo que, no primeiro semestre de 2020, essa relação foi de 10,51%.

Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), responsável pelos cálculos e publicação do Índice de Gestão Fiscal do Município (IGFM), em 2018, Belém encontra-se em uma situação de dificuldade na gestão fiscal e apresenta os piores indicadores do país, de somente 0,5409, figurando em uma das piores posições do ranking dos municípios do país (1.953º do total de 5.337 municípios analisados), o que denota os problemas já assinalados acima.

A capacidade administrativa como um todo tem sido afetada com o declínio de 23,8% dos recursos destinados ao planejamento e à gestão da máquina pública e reflete a lamentáveis gestões recentes. Considerando a conjuntura na qual se enfrenta a COVID-19, o declínio de 13,8% de recursos destinados à saúde deve ter contribuído com a ineficácia e desvelo com que se enfrentou a pandemia. Por outro lado, a dívida consolidada do município cresceu de R\$ 629 milhões em 2015, para aproximadamente R\$ 1.144 bilhão em 2019, porém as condições de oferta de bens e equipamentos públicos infelizmente somente pioraram no período.

A desocupação/desemprego constitui um dos principais problemas de Belém. No primeiro trimestre de 2020, havia aproximadamente 60 mil mulheres desempregadas, o que representa uma taxa de desemprego de 16,2%.

Simultaneamente, aproximadamente 42 mil homens estavam desocupados, o que representa uma taxa de desocupação de 10,3% entre os homens no mercado de trabalho.

A população jovem é a mais atingida, no primeiro trimestre de 2020, 22% dos jovens com idade de 18 a 24 anos estavam desempregados.

Em 2018, o salário médio mensal alcançava nos setores formais da economia somente 3,7 salários mínimos, sendo que 39% da população estava em domicílios com rendimentos mensais nominais per capita de somente até meio salário mínimo, o que coloca Belém em uma posição entre as cidades nacionais de menor renda per capita (2.870). Além disso, uma parcela considerável da população depende de políticas de transferência de renda, nas quais somente o Bolsa Família atende 118.121 mil famílias (até novembro de 2020) e o Benefício de Prestação Continuada, 55.040 (até junho de 2020) pessoas, segundo dados do Ministério da Cidadania. Estes dados nos levam a um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que figura entre os piores das capitais brasileiras (22ª posição), de 0,746.

Belém é uma das cidades brasileiras com maior capilaridade de feiras fixas populares, que têm papel relevante no abastecimento de toda a cidade. Belém dispõe de 20 Mercados Públicos Municipais, 39 Feiras e 4 Portos, que contam com cerca de aproximadamente 6.265 permissionários cadastrados (Relatório Anual de Gestão da SECON 2020). As feiras livres em Belém devem ser entendidas como espaços de apropriação coletiva, cujo significado integrado envolve aspectos econômicos, culturais, sociais, tecnológicos e de organização da vida comunitária.

Diretrizes

Considerando as condições expressas no diagnóstico revelado, propomos as seguintes diretrizes:

Economia sustentável, solidariedade e democracia: para construir o futuro de Belém.

Para enfrentar o dramático quadro pós-pandemia em Belém, onde a ocupação/desemprego é um dos principais problemas aliados à baixíssima renda da população, que tem uma parcela significativa dependente de políticas de transferências de renda, apostamos na mobilização da sociedade, em alternativas sustentáveis, na solidariedade para encontrar as saídas possíveis em inovações tecnológicas e em políticas econômicas inclusivas.

Nossas diretrizes se orientam por Políticas de Organização Social e Garantia de Renda, que terão como base uma política de crédito social fundamentada em uma “Moeda Social”, que reconheça a diversidade de trabalhos socialmente úteis que são excluídos da lógica mercantil, tendo nos Bancos Comunitários organizados pela sociedade civil com apoio governamental, os responsáveis pela emissão das moedas sociais.

Da mesma forma, será feita uma Agenda de negócios locais e organização do sistema de produção e comercialização de alimentos, mercadorias e serviços via Sistema de

Organização das Feiras e Mercados de Belém. Consideramos uma política emergencial de renda central neste momento em que enfrentamos um período tão grave quanto o provocado pelo pós-pandemia em 2020. A política será estimulada por um Programa de Renda Emergencial, que complemente o Programa Bolsa Família, com base em um cadastro municipal.

As Políticas de Soberania Alimentar e Geração de Renda, como política de pesca; produção de hortifrutigranjeiros nas ilhas; agricultura urbana orientada pela agroecologia e com uso de terras públicas para produção de alimentos ensejarão importantes processos de comercialização, processamento e distribuição, fomento e organização da produção, intermediação, organização de fornecimento em importantes setores e compras públicas, como pescado e economia do açai.

As Políticas de Inovação e Geração de Renda proporcionarão o desenvolvimento de atividades interligadas pela tecnologia; alimentos e bebidas e fármacos, entre outros. O Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Belém organizará e fomentará importantes segmentos de empreendedores e microempresas para operar o turismo nas ilhas e pontos turísticos de Belém, apoiados por linha de financiamento especial, a partir de políticas combinadas com o Fundo Ver-o-Sol.

Economia da Cultura e Economia Criativa e a Economia Solidária poderão contar com financiamento, a partir de incentivos fiscais, bem como pelas políticas de crédito municipais para estimular iniciativas de pequenos empreendedores que atuam de forma colaborativa e, mesmo com poucos recursos, atuam para animar as economias locais.

Corredores Inteligentes serão criados em grandes avenidas da cidade, que conectem uma rede de instituições, empreendimentos e serviços públicos e privados pré-existent, estimulando a geração de trabalho, renda, empregos e inovações tecnológicas.

Em meio a cenários econômicos de instabilidade, a Gestão Municipal estabelecerá a abertura de diálogo e parcerias com o setor produtivo, federações, associações, dentre outros, para a capacitação e absorção de mão-de-obra (demanda reprimida). Para tanto, iremos levantar por meio de estudos e diagnósticos, as necessidades de formação e qualificação para o mercado de trabalho, desburocratizar os procedimentos para a regularização das atividades informais de forma mais ágil e menos onerosa ao trabalhador e ampliar a oferta de microcrédito aos pequenos empreendedores locais.

Diagnóstico

Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente

4- Belém precisa de cuidado: cidadania cultural e comunicação

Implantar de forma efetiva o Sistema Municipal de Cultura – SMC é o principal desafio que nossa gestão terá que enfrentar para a promoção de uma política cultural inovadora, democrática, abrangente e inclusiva.

Criado a partir de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, de forma coletiva e participativa pelos agentes culturais do Município, a Lei Municipal Nº 8.943, de 31/07/2012 – Lei Valmir Santos, que institui o SMC, apresentou vários avanços para a gestão da política cultural. O sistema prevê a gestão democrática da política, a partir da composição do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, composto em sua maioria por representantes da sociedade civil. Dos 38 titulares, 27 representam os diversos segmentos culturais, perfazendo um total de 70% da composição do Conselho.

Além da instância participativa do CMPC, a lei instituiu os Fóruns Permanentes de Cultura, setoriais e distritais; a elaboração participativa do Plano Municipal de Cultura – PMC e a destinação de 2% da receita municipal para compor o Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Decorre que ao longo de 8 anos da sua promulgação e interpretações equivocadas do seu texto original por gestões

administrativas anteriores, a Lei Valmir Santos sofreu grande alteração em seu formato e aplicabilidade. Houve perda de várias cadeiras do conselho destinadas à sociedade civil, passando de 27 para 20, sendo que 11 destes não apresentaram candidatos e nem eleitores. Portanto, foram indicados pela gestão anterior. Ocorreu a extinção dos Fóruns Permanentes de Cultura e a revogação do teto de 2% da receita municipal para compor o FMC que financiaria as ações destinadas à promoção da política cultural, inviabilizando assim todo o setor.

Em termos de financiamento para projetos culturais, a anteriormente criada Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense de incentivos fiscais para o financiamento de projetos culturais e esportivos, bem como de artistas e esportistas, foi totalmente modificada sem a escuta e participação dos profissionais da cultura. Assim, a gestão anterior optou por lançar editais com a aplicação direta dos recursos nos projetos culturais inscritos e selecionados, provocando grande desmobilização do setor produtivo da cultura.

Tampouco, a Lei Aldir Blanc, de iniciativa do Governo Federal, contribuiu para o incremento das atividades culturais no Município e para a geração de renda aos profissionais, uma vez que ao Município coube regulamentar o "Item III" da referida Lei com aporte de recursos diretos em iniciativas culturais, projetos, que, aqui em Belém, se revestiu em "premiação".

Assim chegamos a um quadro onde a política cultural não atende ao setor da economia da cultura e relega os profissionais a dificuldades de se manterem devido à ausência de renda pela não continuidade de suas atividades.

Percebem-se ainda, ações isoladas de requalificação de áreas de interesse à preservação histórica e das iniciativas de restauro e reuso do patrimônio arquitetônico de nossa cidade. Não há definição clara de uma política de requalificação do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural, onde políticas de desenvolvimento urbano e econômico assegurem a preservação e o uso adequado do mesmo. Portanto, faz-se necessário reconhecer este enorme patrimônio, torná-lo parte integrante da vida social e urbana da cidade, definindo diretrizes para a sua conservação, preservação e salvaguarda, em uma política de reabilitação voltada para o Centro Histórico de Belém, mas que também reconheça áreas de interesse à preservação em todo o território, e em especial, na região insular.

Reconhecer este patrimônio cultural perpassa também pela valorização de nossas tradições, manifestações, ofícios e modos de fazer de nossos ancestrais, dos povos originários, dos colonizadores, dos imigrantes e dos que resistiram; e de como as reproduzimos no tempo histórico atual. Para tanto, é necessário criar instrumentos que reconheçam nosso patrimônio imaterial. Neste sentido, a municipalidade precisa de leis inovadoras que integrem e definam regras claras para preservar o futuro do Patrimônio Cultural para as gerações posteriores.

Diretrizes

Considerando as condições expressas no diagnóstico revelado, propomos as seguintes diretrizes:

Construir uma Política de Financiamento da Cultura para Belém com a valorização de nossa diversidade sociocultural amazônica, o que necessariamente passa pelo reconhecimento da cultura e da arte como importantes vetores de transformação social e construção da cidadania. Entretanto, isso só será possível com uma gestão competente, sensível e comprometida com as pautas históricas e a luta pela cidadania cultural. E para isso, implantaremos efetivamente, um Sistema Municipal de Cultura.

Faz-se necessário recuperar o protagonismo do povo, por meio de um processo de participação popular, a fim de superar o abandono em que se encontra a política cultural da cidade. Eis um desafio para o qual queremos contar com a participação de todas e todos que sonham com uma Belém livre, diversa e feliz.

Serão adotados mecanismos de inclusão e informação por compreendermos que a relação Cultura e Participação constitui uma política cultural transversal, que promove a acessibilidade, o respeito à diversidade, o fortalecimento do ativismo cultural e também proporciona o protagonismo e a valorização das diversas identidades culturais, livre de todos os preconceitos.

Na cidade de Belém, a Cultura, a Cidadania e a Diversidade precisam ser valorizadas. Nesse sentido cada distrito ou cada bairro poderá contribuir para a constituição desta política de forma mais efetiva, reforçando os territórios e os cidadãos à aceitação da "diferença", uma vez que o componente territorial e cultural é fundamental para o reconhecimento da diversidade dos coletivos, manifestações, segmentos, linguagens, a partir dos distritos e bairros, colaborando para o fortalecimento das territorialidades, a cultura como modo vida, a cidadania e a construção de uma cidade melhor para todas e todos.

Pensar em políticas e ações para a cidade, que levem em conta a Educação e a Comunicação como dimensão da Cultura, significa pensar em uma gestão que considere a formação cultural como orientação estratégica primordial e, na perspectiva democrática, seja motivadora e geradora da vontade política do povo. É poder criar e fazer da cidade, com os mais diversos agentes e territórios, um espaço de formação, participação e inclusão social. Essa forma de gestão conjunta entre povo e estado precisa ter como princípios: realizar, fomentar, incentivar, apoiar e, principalmente, compartilhar diferentes experiências de cultura como direito humano e social. Políticas essas que apontem para o futuro com inovações tecnológicas, acessibilidades educacionais, condições de produção e consumo de informação.

Precisamos imaginar e trabalhar para viver as experiências de Cultura, Comunicação e Educação como as experiências sociais das vivências políticas para a tomada de decisões na cidade e que levem em conta os destinos de toda nossa gente, sem reproduzir privilégios.

A Diversidade ganha centralidade, comprovando que a cultura se destaca nos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber. O respeito pela diversidade deve ser entendido como condição para a paz, afirmando a necessidade de tolerância, o diálogo e a cooperação, contribuindo para a percepção do aparente paradoxo entre diversidade cultural e unidade do gênero humano, aspirando uma melhor solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios interculturais.

A construção de uma sociedade democrática e inclusiva pressupõe a compreensão da comunicação como uma condição de diálogo, e não de persuasão e manipulação. Nesse sentido, devem-se buscar instrumentos e processos que garantam o direito à informação, à liberdade de imprensa, à inclusão digital, à transparência da gestão, à acessibilidade, ao princípio da comunicação pública e à produção local de conteúdos informativos, comunicacionais e culturais.

Desta forma, em 2021 temos como ações prioritárias o fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura e a ampliação das formas de acesso às atividades culturais. Contudo, é necessário investir na dinamização e expansão dos eventos culturais on line nas diversas linguagens artísticas frente à prevenção e combate à COVID-19 e implementar o Plano Emergencial de Atendimento aos Profissionais da Cultura (incentivos fiscais, ajuda de custo, auxílios, premiações, bolsas de projetos, dentre outros).

**Governo
da nossa
gente.**



Diagnóstico

Diagnóstico municipal e contextualização das políticas públicas: diretrizes para o Governo da Nossa Gente

5 – Belém precisa de cuidado: diversidade

As diretrizes que ora apresentamos e que terão desdobramentos em ações específicas, partem do princípio da diversidade social. O reconhecimento das diferenças ganha centralidade, comprovando que a cultura se destaca nos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento das relações sociais fundadas no saber tradicional, na organização política e modos de vida próprios. O respeito pela diversidade deve ser entendido como condição para a paz, afirmando a necessidade de tolerância, o diálogo, a cooperação e enfrentamento de lutas por afirmação e reconhecimento, contribuindo para a percepção do aparente paradoxo entre a diversidade cultural e a unidade do gênero humano, aspirando uma melhor solidariedade fundada na consciência e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais.

No momento atual de relação entre o urbano e o que tem sido definido como uma “reconfiguração étnica” nas cidades – que se manifesta em Belém pela presença de indígenas, de negras e negros, de ribeirinhos, de agricultores, de quilombolas, de pescadores, de mulheres, artesãos, religiosos, juventude, LGBTQI+, pessoas com deficiência, e muitas outras formas organizativas, que constroem a sua existência coletiva como um povo, como uma comunidade tradicional, com identidade e uma cultura.

Os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não têm sido respeitados, como se observa de forma aprofundada nesses tempos de pandemia. Em Belém, como em outras cidades, nem todos vivem no mesmo bairro, no mesmo lugar, mas constroem laços comuns, que os unem em torno de determinadas pautas e lutas. Esses coletivos enfrentam a negação de direitos e a tentativa de tornar invisível essa face plural de Belém, mas, em contraposição, constituem uma frente de resistência e têm potencial para desempenhar um papel ainda mais ativo e reconhecido no planejamento da cidade, na formulação de políticas e na decisão sobre os direitos e as aspirações de forma crítica e autônoma, a fim de enfrentar a discriminação, a intolerância e o racismo, além de defender a cultura e o modo próprio de vida.

O nosso projeto de cidade assume essa dimensão da diversidade e da diferença em Belém, onde todos deverão ter direito a esta cidade da mesma forma. Que mulheres vivam com segurança; que os jovens tenham futuro; que as negras e negros tenham os direitos assegurados na luta antirracista; que indígenas sejam reconhecidos independente do lugar e do modo em que vivam; que ribeirinhos tenham amparo para viver e trabalhar; que pescadores contem com o apoio necessário às suas práticas da mesma forma que artesãos na arte de criar; que os LGBTQI+ vivam com

liberdade e segurança; que religiosos não sofram intolerância; que agricultores que vivem nesse território municipal contem com políticas de segurança alimentar que os envolvam; enfim que a cidade seja acolhedora.

Do ponto de vista mais específico das políticas, asseguramos de um lado, os direitos que são comuns a todos que vivem em Belém, mas há uma pauta específica que se define em processos participativos e autônomos. Nosso propósito é a criação de estruturas próprias no âmbito municipal para a constituição de um lugar da devida interlocução.

Como parte desta estratégia, se fazem necessárias as estruturas de fortalecimento e reconhecimento como garantia de direitos, como a reativação do Conselho da Condição Feminina, o Conselho da Juventude, assim como assegurar o funcionamento do Conselho Municipal do Negro e da Negra e mecanismos de participação e de formulação e controle de políticas de todos os segmentos referidos ao Conselho Municipal de Direitos Humanos e aqueles que precisam ter lugar nesse ou em outro reestruturado e renovado.

Neste contexto, iremos criar e regulamentar a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, tendo por principal atribuição assegurar políticas de garantia de direitos e o combate à toda e qualquer forma de violação desses direitos nos diversos territórios do Município, em especial, àqueles de maior vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

Lista de autoridades

Prefeitura Municipal de Belém

EDMILSON BRITO RODRIGUES

Prefeito

EDILSON MOURA DA SILVA

Vice-Prefeito

ALDENOR MONTEIRO ARAÚJO JUNIOR

Chefe de Gabinete – GAB.PREF.

JURANDIR SANTOS DE NOVAES

Secretária Municipal de Administração – SEMAD

KARITAS LORENA DE SOUZA RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças – SEFIN

JOSÉ ALBERTO SOARES VASCONCELOS

Procurador Geral do Município – PGM

DILSON AUGUSTO COELHO LOUREIRO

Secretário Municipal de Controle, Integridade
e Transparência – SECONT

MÁRCIA MARIANA BITTENCOURT BRITO

Secretária Municipal de Educação – SEMEC

DEIVISON COSTA ALVES

Secretário Municipal de Urbanismo – SEURB

MAURICIO CEZAR SOARES BEZERRA

Secretário Municipal de Saúde – SESMA

IVANISE COELHO GASPARIM

Secretária Municipal de Saneamento – SESAN

APOLÔNIO PARENTE BRASILEIRO

Secretário Municipal de Economia – SECON

CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY

Secretário Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão – SEGEP

RODRIGO FERREIRA DE MORAES

Secretário Municipal de Habitação – SEHAB

SÉRGIO BRAZÃO E SILVA

Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

KEYLA DE NAZARÉ GUSMÃO NEGRÃO

Coordenadora de Comunicação Social – COMUS

CARLA CAROLINA QUEMEL DE ANDRADE

Secretária Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL

ANDRÉ LUIZ BARBOSA DA CUNHA

Coordenador Municipal de Turismo – BELEMTUR

JOEL MONTEIRO RIBEIRO

Inspetor Geral da Guarda Municipal – GMB

MÁRCIA VIEIRA DA SILVA

Ouvidora Geral do Município – OGM

ELLANA FIAMA SOUZA DA SILVA

Agente Distrital de Icoaraci – ADIC

VANESSA EGLA ROCHA DO NASCIMENTO

Agente Distrital de Mosqueiro – ADMO

MAIKENN EMANOEL SANTOS DE SOUZA

Administrador Regional do Outeiro – AROUT

EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO

Presidente do Instituto de Previdência do Município de Belém – IPMB

FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES DE ALMEIDA

Presidente do Instituto de Assistência e Saúde de Belém – IASB

ANA VALÉRIA RIBEIRO BORGES

Diretora Superintendente Executiva de mobilidade Urbana de Belém – SEMOB

ALFREDO CARDOSO COSTA

Presidente da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA

BRUNA DA SILVA CAVALCANTE

Presidente da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE

MICHEL PINTO SILVA

Presidente da Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL

ALICKSON SÉRGIO LOPES DE SOUZA

Presidente da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE

BRUNO TRINDADE BATISTA

Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação de Belém – CINBESA

LELIO COSTA DA SILVA

Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM

ELIANA DE NAZARÉ CHAVES UCHOA

Diretora Presidente da Agência Reguladora de Belém – ARBEL

**Governo
da nossa
gente.**





**Prefeitura
de Belém**

Governo da nossa gente

